

A construção territorial das políticas culturais

Juan Ignacio Brizuela¹

1. Introdução

Néstor García Canclini (2010) afirma que uma disciplina, ou campo de conhecimento, muda quando alguns conceitos irrompem com força, desacomodam outros ou exigem que estes sejam reformulados². O território é uma das noções que tem gerado distintos desdobramentos nas políticas culturais contemporâneas, visíveis nos discursos e nas práticas de gestores públicos estatais, movimentos sociais e grupos comunitários, muito diferentes entre si e das mais diversas latitudes do nosso continente americano. Esta proliferação de

.....
1. Pós-doutorando na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Doutor em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Pesquisador do grupo Observatório da Diversidade Cultural - ODC, da Rede de Universidades Latino-americanas de Formação em Políticas e Gestão Culturais - REDEPGC e do Coletivo Pachamãe (LETRAS/UFBA). E-mail: juanbrizuela.gpc@gmail.com.

2. "¿Cómo saber cuándo cambia una disciplina o un campo del conocimiento? Una manera de responder es: cuando algunos conceptos irrumpen con fuerza, desplazan a otros o exigen reformularlos" (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 13).

práticas teve o seu correlato acadêmico em pesquisas, artigos, eventos e cursos no Brasil e nos demais países da América Latina. Contudo, não são abundantes, ainda, reflexões mais densas que estudem o território como fenômeno complexo na sua relação com as políticas culturais contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano.

Mas porque os gestores e produtores culturais, além dos pesquisadores da área, deveríamos nos debruçar sobre o território na sua relação com as políticas culturais? Entendemos que essa reflexão é uma tarefa complexa para estudiosos e agentes culturais na busca de afirmarmos a singularidade do nosso campo e, ao mesmo tempo, a sua relação e transversalidade com a realidade social. O chamado “retorno do território”, ou também o “mito da desterritorialização” nas políticas públicas e, em especial, nas políticas culturais contemporâneas se constitui, nesse sentido, como um grande desafio para este campo de estudos interdisciplinares.

Será que as políticas culturais dispõem, atualmente, de ferramentas teórico-conceituais para analisar este fenômeno complexo? Existem consensos e/ou conflitos relacionados a isso? Como repercutiria a incorporação do conceito de território nas orientações e na elaboração (e avaliação) de políticas públicas de cultura? Quais são os entendimentos atuais sobre a chamada “territorialização” da cultura? Enfim, são infinitas as questões que podemos levantar a partir dessa relação. Contudo, não conseguiremos responder nenhuma delas sem antes esboçar uma definição básica sobre os elementos que pretendemos estudar: território e políticas culturais. Quais são as abordagens atuais para o estudo destes fenômenos profundos? E que sistema de conceitos poderia servir de embasamento para o estudo desta “nova” realidade? Acreditamos que Rodolfo Kush, Milton Santos e Néstor García Canclini são três pensadores latino-americanos que muito têm a contribuir para essas discussões.

Partimos do entendimento da cultura como elemento essencial para o desenvolvimento. Isto se traduz, por exemplo, em pesquisas de avaliação de impacto e na construção de indicadores que buscam mensurar o desenvolvimento cultural. Atualmente, os programas públicos que relacionam políticas culturais e

território também afirmam que este último é essencial para o desenvolvimento. Neste sentido, existem iniciativas que buscam avaliar o desenvolvimento territorial ou reduzir as desigualdades territoriais dos países. E, finalmente, existem organismos e propostas que mesclam tais questões no chamado “desenvolvimento territorial da cultura”. Contudo, será que todos estão falando da mesma noção de desenvolvimento, cultura e território? Evidentemente, não. Percebemos, portanto, a importância de definir, com maior rigorosidade e clareza, os conceitos que fazem parte destas iniciativas públicas, tanto na elaboração e execução, quanto no estudo e avaliação de impacto.

Considerando este panorama de questões, apontamos neste texto alguns “petelecos” teóricos e práticos na busca de discutir o processo de construção territorial das políticas culturais no nosso cotidiano como agentes e pensadores da cultura.

2. Esboço de uma perspectiva territorial das políticas culturais

O filósofo argentino Rodolfo Kusch (1975) afirmava que por trás de toda cultura está o solo. Todavia, não descrevia esta dimensão geográfica como uma realidade físico-material, mas como um ponto de apoio espiritual, um símbolo, uma margem de arraigo na qual toda cultura recorre em tempos de crise para sentir-se com os pés no chão. O autor entende que a geografia faz o hábitat, o espaço habitado, e é onde se manifesta o nosso endereço existencial.

No espaço geográfico se incluem os acidentes da terra, as rugosidades reais, isto é, a realidade físico-material de uma comunidade. Por sua vez, a cultura supõe um modo particular de cultivo, de uso desse território, para fazer frente às demandas do entorno: “la cultura es entonces un molde simbólico para la instalación de una vida. Este molde simbólico constituye el así llamado suelo. Pero el suelo no tiene cabida, en filosofía al menos manifiesta, pero incide por su ausencia” (2012b, p. 78). Se pensarmos na indissociabilidade entre a realidade físico-material e sua contraparte simbólica e cultural, acontece que a cultura

ganha um suporte material e físico, e o território (solo, em Kusch) se torna, também, simbólico, imaterial, fundamento e núcleo constitutivo da cultura.

O ponto de vista territorial não é isolado das outras perspectivas mais tradicionais, como a econômica, política e a cultural no sentido estrito. Na visão sistêmica de Milton Santos (2012), os “objetos geográficos” não são singulares e separáveis do resto dos elementos estudados. Toda a realidade social é geográfica, e os pesquisadores da área não podem desconsiderar nenhum componente da sociedade como “não geográfico”. Nesse sentido, ao invés de procurar delimitar a especificidade e limites dos fenômenos geográficos, Santos busca fundamentar uma perspectiva geográfica para o estudo da realidade na sua totalidade. Sendo assim, todo fenômeno social - incluindo a cultura e as políticas culturais - são também objetos geográficos, susceptíveis de serem estudados com as categorias e ferramentas analíticas deste pensador. Ainda mais, para o autor o território é indissociável do modelo cívico, do projeto de país e, neste sentido, a organização social é político-territorial (SANTOS, 2014). Na medida em que existe uma dimensão territorial profunda na cultura ou, o que é o mesmo, um campo cultural intrínseco ao território, **resulta que toda política cultural é também uma política territorial.**

Buscando operacionalizar esta dimensão espacial, Barros (2009) afirma que uma política cultural se constitui na tensão entre as noções de territorialidade e setorialidade. Destarte, segundo o pesquisador, é necessário articular estas variáveis buscando um equilíbrio que atenda tanto à dimensão mais ampla da cultura, também chamada de perspectiva antropológica, quanto à perspectiva mais específica de organização de circuitos de produção cultural; ou seja, a dimensão sociológica - categorias trabalhadas por Isaura Botelho (2001) a partir das reflexões do sociólogo chileno José Joaquín Brunner. Tanto a abrangência territorial, quanto a análise de suas características e especificidades, se mostram como indispensáveis na construção (e estudo) de uma política cultural, nos distintos níveis de atuação: local, regional, nacional, transnacional e global (BARROS, 2009, p. 64).

Por sua vez, o pesquisador Daniel Mato (2007) afirma em seus estudos a necessidade de não limitar a análise das políticas culturais a um determinado tipo de atores sociais - como governos ou agências específicas de cultura de organismos estatais - nem a uma série de práticas específicas associadas às chamadas “belas artes”, “culturas populares” ou às “indústrias culturais” (aliás, segundo o autor, todas as indústrias são culturais). A sua proposta de pesquisa inclui políticas e práticas de grupos comunitários e outros tipos de organizações sociais, empresariais etc. e também integra tudo aquilo que se relaciona com o caráter simbólico e o sentido das práticas sociais; em particular, através de representações sociais - pesquisadas pelo autor em diferentes contextos ao longo da sua trajetória intelectual. Mato estabelece uma perspectiva abrangente, não setorial, pouco estudada e utilizada tanto no Brasil quanto em outros países latino-americanos. O próprio García Caclini (2001) defende também a ampliação do âmbito de atuação das políticas culturais considerando o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais do mundo contemporâneo, onde não podem existir apenas políticas nacionais em um contexto de investimentos em cultura e fluxos comunicacionais que transpõem fronteiras, e nos agrupam de forma globalizada e também por regiões geoculturais.

A busca de conexões entre o pensamento de Rodolfo Kusch e Milton Santos, somados aos estudos contemporâneos sobre o território como o trabalhado pelo geógrafo Rogério Haesbaert, nos animam a refletir sobre o ponto de vista geocultural. Kusch considera o espaço geográfico coberto pelo pensamento do grupo cultural e condicionado pelo local. Sendo assim, não cabe falar de geografia e cultura, mas de “unidade geocultural” (LANGÓN, 2005). Em síntese, observamos uma preocupação nestes e outros autores em discutir a importância do território e da dimensão espacial para o estudo das políticas culturais no contexto latino-americano.

A partir destas reflexões, entendemos o território como a manifestação mais explícita da nossa universalidade situada, o nosso endereço existencial no planeta. Enquanto fenômeno social, o território é indissociável da cultura. Contudo, para fins teóricos e metodológicos, **consideramos a construção territorial**

da cultura como aquela mais vinculada à proximidade, contiguidade e materialidade cotidiana. Por outro lado, entendemos que a dimensão cultural do espaço geográfico se manifesta, principalmente, nos usos simbólicos e na construção de sentidos cotidianos, nas práticas sedimentadas em um contexto determinado.

Isto posto, problematizamos a clássica definição de Néstor García Canclini (1987) sobre políticas culturais, segundo a qual o objetivo dessas políticas seria estritamente o desenvolvimento simbólico, quando na verdade deveria incluir o desenvolvimento cultural em todas as suas dimensões: sociológica e antropológica, geográfica e orgânica. Neste sentido, quando incorporamos a formação socioespacial da cultura, atrelamos também a materialidade das práticas, equipamentos e circuitos territoriais do espaço geográfico. Foi esse entendimento que nos deu subsídio para afirmarmos que toda política cultural é, também, uma política territorial.

Desta forma, não faz sentido pensar em um conceito fechado e rígido do território, pois a realidade social muda rapidamente, tanto quanto as suas técnicas de conhecimento e estudo. Além disso, a definição da abrangência conceitual do território é uma realidade disputada na sua dimensão físico-material e no campo simbólico-cultural - indissociáveis, aliás - e isto inclui o seu estudo nos espaços de poder acadêmicos universitários. As abordagens territoriais contemporâneas discutem não só a compreensão da realidade “geocultural” atual, mas a depender da concepção técnica e política do pesquisador, rivalizam pela manutenção da ordem estabelecida ou pela sua transformação.

Considerando tais elementos, o que podemos/pretendemos fazer com o conceito de território no campo das políticas culturais? Concordamos com Haesbaert (2006), quando afirma que esta formulação faz mais sentido do que nos perguntar sobre “o que é” o território, como se fosse possível defini-lo e delimitá-lo de uma vez e para sempre. Os conceitos são construídos com a honestidade do trabalho acadêmico mais “técnico”, que busca o conhecimento fidedigno da realidade social, na medida do possível, e também incluímos os interesses políticos do pesquisador ou do setor/segmento da população

que busca representar e/ou beneficiar. Afinal, todo pesquisador é também cidadão, pertence à sociedade que estuda e ao espaço geográfico que habita e está afetado, de forma mais ou menos intensa, pelas diversas necessidades e interesses culturais que dialogam e entram em conflito em qualquer sociedade humana. Aqui se intensifica a noção de decisão cultural esboçada por Rodolfo Kusch. A escolha de um termo, de uma ideia, de um conceito, é uma decisão cultural que depende do contexto e da circunstância que está sendo vivida (e dos interesses que buscam ser defendidos). Sendo assim, da mesma forma que existe uma perspectiva antropológica e uma sociológica da cultura, estamos frisando a existência de uma perspectiva geográfica da cultura, que complementa às outras duas e que se caracteriza pela **ênfase na dimensão espacial onde se realizam as práticas artísticas e culturais e, também, pela deformação que provoca nas outras perspectivas** quando pensamos na visão geocultural de Kusch.

No intuito de que esta reflexão seja mais tangível, digamos, palatável para o leitor, trazemos o exemplo de uma organização territorial de base - como se autocalifica - da Argentina, localizada na região metropolitana de Buenos Aires. A experiência desta organização e seu papel na construção do movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina serão de muita ajuda para compreender esta relação entre políticas culturais e território, a partir da conexão indissociável existente entre cultura e espaço geográfico.

3. A construção territorial da diversidade cultural: o caso do Culebrón Timbal na província de Buenos Aires, Argentina

“Território” é o nome do segundo trabalho de estúdio da banda de rock bonaerense Culebrón Timbal, gravado e lançado em 1999. O grupo musical, formado em 1996, buscava introduzir no cenário metropolitano de Buenos Aires uma estética cultural latino-americana vivenciada por eles todos os dias na geografia do chamado conurbano bonaerense. Estética, porém, que não tinha lugar na mídia e nem na agenda sociocultural da época, segundo

relata Eduardo Balán³, um dos fundadores e líderes deste projeto. Inspirado no profundo e complexo “Manifiesto del Arte Territorial”, escrito em 1954 por Jeri Bulkás, o grupo Culebrón Timbal gravou um disco com letras, músicas e ritmos de diferentes latitudes, além de incorporar produções artísticas de várias linguagens, como comic-book (livro em quadrinhos), vídeo musical “Filo” e um “anti-jogo” interativo para computadores intitulado, também, Território.

Em outra entrevista realizada em 2001 e publicada em 2011, Balán afirma que o Culebrón Timbal é um projeto cultural alternativo que inclui, além dos espetáculos e apresentações artísticas, oficinas, espaços de trabalho e de produção, trocas e intercâmbios variados: “Sus integrantes no sólo tocan en una banda sino que escriben guiones, hacen historietas, trajes, y hasta plomería” (s.p.). Inclusive, o pior colapso ocorrido na história argentina, em dezembro de 2001, não somente foi anunciado no disco Território, como também era uma vivência social ativa no dia-a-dia dos integrantes do coletivo. Em meio à crise, a banda arriscou uma turnê pela América Profunda em um ônibus adquirido para diminuir os custos, que os levou para diversas províncias da Argentina e vários países latino-americanos. Esta aventura terminou produzindo, segundo eles mesmos definem, uma viagem iniciática, que consolida a escolha pela América Latina como projeto político e cultural a ser defendido e amplamente desenvolvido nos territórios do conurbano bonaerense.

Conforme explica Ricardo Esquivel⁴, “os políticos falam que vão trazer a cultura para o nosso bairro, mas nós já temos cultura! O que precisamos é do apoio público para continuar fazendo o nosso trabalho territorial nas comunidades”. Richard, como é conhecido no bairro, é o atual presidente da instituição sem fins lucrativos Culebrón Timbal, que, desde 2003, está localizada no prédio La Huella junto com outras organizações comunitárias. Nascido e criado no bairro, Richard não integra a banda de rock, mas outras ações que compõem o projeto, desde 2004: uma produtora cultural e a escola de arte comunitária, além de uma rádio

.....
3. Informação verbal obtida por meio de conversa pessoal, ocorrida no bairro de Once, na Cidade de Buenos Aires, Argentina, em 25 de novembro de 2015.

4. Informação verbal obtida por meio de conversa pessoal, ocorrida no município de Moreno, Província de Buenos Aires, Argentina, em 04 de outubro de 2015.

e plurimídias, que permitem publicações em papel de jornal, edição de livros, entre outros serviços associados.

Além disso, a produtora cultural comunitária Culebrón Timbal é atualmente um dos 442 pontos de cultura reconhecidos pelo Ministério de Cultura da Nação (MCN), na Argentina. Também é um dos 123 pontos de cultura da Província de Buenos Aires⁵ e um dos seis localizados no Partido de Moreno. O único que existe na localidade semi-rural (ou semiurbana) de Cuartel V. Sendo assim, o projeto musical itinerante, nascido na Capital Federal - embora tenha mantido as suas ações vinculadas à região metropolitana -, foi acolhido por um dos territórios mais pobres, desiguais e ricos, em diversidade da província de Buenos Aires.

Qual a conexão existente entre a banda de rock e a instituição cultural Culebrón Timbal? A ausência do Estado, fruto de uma decisão político-ideológica do governo neoliberal argentino nos anos 1990, terminou estimulando, em diversas experiências culturais comunitárias, uma forte autonomia na construção territorial e na busca de satisfação das necessidades básicas não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado capitalista. Não se trata apenas de uma escolha da arte enquanto ferramenta de transformação social, mas, principalmente, da cultura como ferramenta básica de sobrevivência. Assim, a arte territorial que fundamenta esta iniciativa cultural pública não estatal estimula e se alimenta de uma série de ações e práticas comunitárias que não podem ficar na chamada “arte pela arte”.

Neste sentido, a época mais pulcra da Argentina – em termos kuscheanos –, de neoliberalismo explícito, foi paradoxalmente uma das mais ricas em termos de resistência diante da chamada “ausência” do Estado e aumento radical da perversa territorialização do capitalismo globalizado, parafraseando Milton Santos (2010). Acontecimentos como as práticas de corte de rodovias e estradas por parte dos piqueteros, especialmente na patagônia argentina, devido às demissões dos petroleiros durante a privatização da empresa estatal

.....
5. Na província de Buenos Aires, existe aproximadamente um ponto de cultura por distrito.

de petróleo “Yacimientos Petrolíferos Fiscales” (YPF); as ocupações de imóveis, fábricas e hotéis abandonados como ZANON e BAUEN, recuperadas por seus trabalhadores, são exemplos de ações territoriais não estatais. Posteriormente, os famosos “panelaços” de dezembro de 2001 - mais vinculados aos setores urbanos e das classes médias, em particular dos moradores da cidade de Buenos Aires - precipitaram a saída literalmente em helicóptero de um presidente argentino. É neste contexto que as propostas culturais vinculadas à arte e transformação social são articuladas nos territórios do Culebrón Timbal.

Assim sendo, as práticas de sobrevivência deste projeto cultural não são anarquistas e nem liberais, no sentido de oposição ao Estado Nacional e à interferência no campo da arte e da cultura, como poderia ser observado em determinadas linguagens artísticas mais vinculadas ao mercado. De fato, registram uma oposição maior à mercantilização da cultura, daí o lema criado para o coletivo Pueblo Hace Cultura - do qual o Culebrón faz parte - “o mercado faz produtos, e o povo faz cultura”. Isso explicaria, de alguma maneira, a forma através da qual esta organização se relaciona com os programas estatais.

Segundo Richard, uma das razões pelas quais o Estado tinha atrasado o envio das parcelas de um recurso ganho pelo Culebrón Timbal em uma das convocatórias dos Pontos de Cultura, foi porque o próprio organismo estatal tinha perdido a prestação de contas realizada anteriormente. Contudo, Richard sinalizou que a instituição não fez uma queixa ou reclamação formal porque, por um lado, não acreditava e nem acredita que o Estado seja o inimigo e, portanto, não queriam dar visibilidade a este equívoco. Por outro, porque temiam algum tipo de represália por parte da administração pública em futuras convocatórias.

Desta forma, observamos como as relações entre Estado e sociedade civil, em particular com as organizações comunitárias, é contraditória e paradoxal. A confluência perversa registrada por Evelina Dagnino (2004) sobre o aumento da participação social devido à “ausência” do Estado nos anos 1990, auge do neoliberalismo, também pode ser complementada com as intervenções positivas e bem-intencionadas, como pode ser o caso do Culebrón Timbal, que convive com outras práticas institucionais do Estado completamente vinculado ao

mercado capitalista que estas organizações tanto criticam. Ou seja, **reclamam outras práticas territoriais do Estado no campo das políticas socioculturais.**

4. Existem indicadores do desenvolvimento territorial da cultura?

Notas sobre a construção dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina

Destacamos o reconhecimento da capacidade territorial do Culebrón Timbal perante as organizações, lideranças e coletivos culturais da região metropolitana de Buenos Aires e do resto do continente. Que características tão expressivas são reconhecidas como territoriais? Esboçamos algumas interpretações possíveis a partir de nossa vivência e pesquisa junto a eles. A hipótese que nos guia é que esta construção territorial não é única e exclusiva desta organização, mas inclui, em maior ou menor medida, a todos os coletivos organizados e experiências artísticas e culturais locais.

Um primeiro elemento fundamental na construção territorial é a capacidade de sobrevivência e adaptação às circunstâncias do contexto local. Não é comum conhecer um projeto coletivo artístico e cultural que tenha sobrevivido a mais de três décadas. E o que chama a atenção para além do tempo de existência dessa iniciativa é a forma como consegue se manter e agir em contextos adversos e, por vezes, diretamente hostis. O projeto começou como uma banda musical, sem apoio da indústria cultural comercial e, escolhendo alternativas autogestionárias, passou a realizar as suas produções culturais de forma autônoma através de canais solidários e sem fins lucrativos. Em cada equipamento cultural que consegue articular para desenvolver as suas atividades, o Culebrón Timbal se vincula diretamente com os vizinhos e realiza trabalhos artísticos e culturais comunitários. E não se trata de uma instrumentalização da cultura, conforme apontado por Yúdice (2002) ou Ochoa (2002), mas de uma utilização consciente do potencial político das práticas artísticas, mais vinculados a tradições anarquistas e socialistas, comunitárias ou, no mínimo, não capitalistas.

Uma vez instalados no conurbano bonaerense, em uma área semi-rural menos favorecida da região, o projeto se fortaleceu mais uma vez a partir de laços solidários e cooperativos com outras organizações, cuja finalidade não era estritamente “cultural”. As articulações com cooperativas de trabalho, entidades religiosas, partidos políticos vinculados ao campo popular, clubes esportivos amadores, entre outros, são indispensáveis para a sobrevivência mútua. Trata-se, portanto, de uma organização que parece aproveitar ao máximo os recursos endógenos e comunitários, além de usufruir, claro, dos eventuais apoios político partidários, estatais ou até empresariais, que possam circunstancialmente aparecer, mas sem depender exclusivamente de nenhum deles. E aí radica a sua fortaleza territorial, pois se trata da sedimentação, articulação e consciência coletiva da capacidade de sobrevivência do projeto que, embora possa parecer frágil diante da enorme dificuldade de obtenção de recursos econômicos para sustentação do crescente equipamento cultural coletivo, demonstrou possuir uma grande capacidade de manutenção e até expansão de atividades ao longo dos anos. Não é qualquer instituição que consegue se manter nessa localidade de forma autônoma e colaborativa, com fortes laços cooperativos, familiares e comunitários.

Outra forma de compreender a atuação territorial do Culebrón é por meio da sua capacidade de mobilização. Várias das suas lideranças são integrantes orgânicos de estruturas partidárias e é uma prática tradicional nos partidos políticos a realização de mobilizações para visibilizar e ocupar as ruas, o que acontece com bastante expertise e capacidade de convocatória. Sem entrar na questão ético-ideológica que possa estar presente nesse tipo de manifestação, o concreto é que não são muitos os coletivos da região que conseguem fazer articulações semelhantes nas ruas de Buenos Aires.

Observamos outro tipo de indicador territorial na habilidade de incorporar moradores e habitantes da região nas atividades organizadas pelo coletivo, incluindo lideranças e coordenadores de cargos dirigentes, como é o caso do Richard, atual coordenador do coletivo. Além da quantidade de pessoas que participam das atividades, um ponto importante a ser enfatizado é que a oferta cultural e artística desta instituição só faz sentido se ela realmente

for aproveitada pelos moradores e vizinhos da zona. Esta proposta de participação territorial também faz parte de outros coletivos, notadamente no teatro e rádios comunitárias: a participação e envolvimento dos moradores locais é fundamental para dotar de sentido às práticas destas instituições de base.

Embora a banda musical ou os integrantes da instituição possam viajar e fazer intervenções em diversas localidades, o principal indicador de “sucesso” territorial está na participação efetiva dos moradores nas atividades propostas. Ou seja, os integrantes do coletivo Culebrón Timbal são uma espécie de “profetas na sua própria terra”. E isto requer um esforço de adaptação permanente e de sedução, especialmente dos jovens diante de outras possibilidades de fruição que oferece o mercado capitalista, como o consumo de drogas, o tráfico de armas e de pessoas, bem como outras manifestações culturais ilegais mais prazerosas e lucrativas.

Em síntese, é uma luta pelo uso do tempo livre, pelos usos da cultura que são, ao mesmo tempo, usos do território pelos moradores da região. E é uma disputa com desdobramentos políticos e materiais concretos que, de forma desigual e combinada, se manifestam nesta localidade de maneira mais explícita no seu componente territorial do que em outras localidades urbanas e acadêmicas, onde esse elo territorial está tão desgastado a ponto de parecer ter sido “desterritorializado”, conforme registram Santos e Haesbaerth de forma mais explícita, e Kusch de maneira implícita na sua crítica à construção geocultural das cidades, especialmente de Buenos Aires, no século XX.

A questão territorial aparece explicitamente, também, em vários documentos que tem o Culebrón Timbal como protagonista. Por exemplo, o livro “La democracia que queremos es posible: el Movimiento por la Carta Popular” (BALDONI, 2011), registra o território como germe de uma nova política em construção. Fundamentado em uma pesquisa realizada pela Universidad Nacional de General Sarmiento - UNGS, o livro destaca que mais de 50% das instituições sociais da região nordeste da província de Buenos Aires (neste caso, estão incluídas as regiões administrativas de Moreno, José C. Paz, Malvinas Argentinas e San Miguel) são organizações territoriais de base, enquanto apenas 13% são ONGs. Tal informação evidencia o grau de associativismo dos setores

populares: “El territorio y las organizaciones sociales de base aparecen así como espacios de integración, como espacio de construcción identitario y como fuente de subsistencia económica” (BALDONI, 2011, p. 65).

O documento afirma, ainda, que a nível territorial primeiro se discute os problemas do bairro, logo os da região e finalmente os temas mais gerais. Sendo assim, os principais atores desse contexto não são os partidos políticos, mas organizações sociais comunitárias, instituições intermediárias e associações de vizinhos e vizinhas vinculados a problemáticas territoriais. Busca-se, desta forma, manter as tradições de **organização e participação** como práticas políticas que o modelo liberal tenta permanentemente enfraquecer. Ou seja, o **território se materializa em práticas concretas** e as políticas culturais que este coletivo impulsiona promovem a articulação de organizações sociais, meios de comunicação comunitários e artistas locais para tentar resolver problemáticas territoriais mais amplas.

A democracia participativa, com protagonismo popular, é territorial na medida em que combina organização com participação efetiva dos setores populares da região, os que estão sendo e sobrevivendo à condição existencial da indigência, conforme vislumbrava Kusch há mais de quatro décadas atrás. O território é o solo, segundo Kusch, na medida em que é a capa fértil do espaço geográfico. Nesse sentido, é ação material, decisão de enfrentar um contexto adverso e manter-se vivo. Ainda mais, a luta política é pelo estar sendo, pela construção territorial e democrática como utopia, como possibilidade, conforme registra esta organização no próprio título e lema “a democracia que queremos é possível”.

Finalmente, por que essa organização territorial de base se distingue na construção dos Pontos de Cultura da Argentina e nas articulações da rede Cultura Viva Comunitária na América Latina? Expliquemos. Dez anos depois do lançamento do disco “Territorio”, Eduardo Balán - vocalista da banda e um dos intelectuais orgânicos do projeto - participou de diversos eventos no Brasil: em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará; em setembro, no Seminário Cultura e Protagonismo Social em Brasília, com a presença de

parlamentares do Mercosul - PARLASUR que, em dezembro do mesmo ano, terminaram aprovando o projeto para incorporar o Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco econômico regional.

Balán participou da mesa do FSM, o que contribuiu para impulsionar a territorialização do Programa Pontos de Cultura na Argentina. Sob o título “Políticas culturais e construção de cidadania”, participaram Célio Turino (então Secretário de Cidadania Cultural do Ministério de Cultura do Brasil e idealizador do Programa Cultura Viva), Eduardo Balán (enquanto referente da “Plataforma Puente - Cultura Viva Comunitaria”), Emiliano Fuentes Firmani (gestor cultural e assessor da ex-secretária de cultura da Nação da Argentina), Adriano Paes Mauris e Marcelo Palmares (representantes de Pontos de Cultura no Brasil e do Grupo de Teatro Comunitário de São Paulo “Pombas Urbanas”).

Posicionados no contexto histórico e regional, o ano de 2009 refletiu uma circunstância excepcional de vínculos fortes entre movimentos sociais e culturais de base territorial e os governos populares do Mercosul, com vários presidentes também presentes no FSM, como Fernando Lugo, do Paraguai; Evo Morales, da Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Rafael Correa, do Equador e o mandatário da Venezuela, Hugo Chávez. Embora não tenham participado do FSM Michelle Bachelet, do Chile, Tabaré Vázquez, do Uruguai e Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina, eles completavam o panorama de governos de centro-esquerda no poder naquele ano. Essa circunstância de relações “carnais” entre o Estado e os movimentos sociais e comunitários se traduziu, também, no protagonismo destas lideranças territoriais na elaboração de políticas culturais. Foi essa articulação e pressão cidadã que permitiu, até o final de 2009, que o momento explícito de sintonia entre governos e grupos culturais organizados nos territórios se transformasse numa declaração do PARLASUR, que promoveu a implantação do Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco.

Na volta ao território, Balán, no movimento Cultura Viva Comunitária (CVC), e Fuentes Firmani, na Secretaria de Cultura da Nação (SCN), junto com outros dirigentes culturais, começaram a impulsionar diversas iniciativas que foram a semente do Programa Pontos de Cultura, finalmente aprovado e

implementado pelo governo argentino em 2011. Porém, o projeto aprovado em forma de decreto - e não de lei - pelo governo de Cristina Kirchner, não foi o elaborado diretamente pelas organizações vinculadas ao movimento da Cultura Viva Comunitária. O principal entrave foi o fato de ter fixado um percentual do orçamento nacional em 0,1% para a criação de um fundo de cultura que apoiasse as iniciativas comunitárias no projeto de lei apresentado pelas organizações culturais. Além disso, as conexões das lideranças do movimento CVC com partidos políticos que estavam, nesse momento, ou no governo ou na oposição, acabaram gerando disputas e acusações de “aparelhamento” de cada um dos setores, enfraquecendo o movimento e desarticulando muitas demandas e iniciativas registradas até aquele momento.

Por outro lado, a primeira convocatória de projetos dos pontos de cultura - oficializada no dia 16 de agosto de 2011 pelo Secretário de Cultura da Nação, Jorge Coscia - foi realizada na associação de teatro comunitário Grupo Catalinas Sur, localizado no bairro de La Boca, Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA). Este ato relativamente pequeno não deixa de ser altamente significativo em relação à abrangência das políticas culturais e deste programa em particular. Por um lado, porque se escolheu um equipamento cultural não oficial, localizado no sul da CABA, onde as desigualdades sociais e as necessidades básicas são muito maiores do que nos bairros do norte do distrito federal. Além disso, porque este grupo faz parte da Aliança Metropolitana de Transformação Social, confluência de quatro grandes associações civis da região metropolitana de Buenos Aires, juntas desde 2003: Culebrón Timbal e Crear Vale la Pena, da província de Buenos Aires; Circuito Cultural Barracas e o próprio Catalinas Sur da CABA. Dessa forma, a proposta da Secretaria era trabalhar desde o início, junto às organizações sociais da forma mais horizontal possível, embora nas visitas que realizamos a este equipamento cultural em particular, durante a pesquisa de campo, os integrantes relataram ter se sentido usados pela SCN para obter uma maior legitimidade e crédito político desta iniciativa.

De qualquer forma, o que nos interessa visibilizar são as **construções territoriais transnacionais entre estas organizações em forma de rede**

desde 2003. Ainda mais, conforme registrado por Bittner e Faisal (2007, p. 40) todas elas começaram a aprofundar estes vínculos no seio da Rede Latino-americana de Arte e Transformação Social. Financiados pela Fundação AVINA, os coletivos realizam “viagens sinérgicas” pelo Brasil, Chile e Peru entre 2003 e 2005 (no Chile, por exemplo, foi publicado o manifesto Arte Transformador, que foi utilizado para nomear a página web deste projeto em particular, atualmente desativada).

A rede foi se ampliando a nível latino-americano, incorporando até 2007, organizações artísticas de Bolívia, Uruguai, Guatemala, Costa Rica, Honduras Colômbia e México. Em 2010, conforme relatado por Alexandre Santini (2015), foi realizado na cidade de Medellín, na Colômbia, um encontro com mais de 100 organizações culturais comunitárias da América Latina, incluindo o Culebrón Timbal, que se articularam na rede continental já citada Plataforma Puente - Cultura Viva Comunitaria. Finalmente, em maio de 2013, foi essa rede que organizou o I Congresso da Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, na Bolívia, com cerca de 1200 participantes de 17 países americanos. Ou seja, muito antes de conhecer objetivamente a iniciativa dos pontos de cultura, estes projetos culturais já estavam realizando trocas, movimentos e construções territoriais pelo continente, e esse intercâmbio foi o sedimento das articulações dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina, culminando nos Congressos da Cultura Viva Comunitária que continuam vigentes e estão na terceira edição.

Interessa-nos registrar que da mesma forma que a construção territorial das políticas Culturais no conurbano inclui conflitos e disputas, a territorialização transnacional do programa pontos de cultura também incluiu confrontos entre diversos modelos políticos de ação cultural. Mas isto não acontece só nas políticas públicas estatais. A construção do movimento transnacional não estatal da CVC também tem uma diversidade cultural de projetos políticos em disputa e, neste sentido, territórios em conflito. A diferença está na existência de certa equidade na diversidade das organizações comunitárias que participam deste movimento. Não é esse o caso das políticas e programas estatais, ou mesmo de

organismos internacionais governamentais como o Mercosul, onde os diversos poderes, alianças no governo de turno e articulações partidárias entre desiguais dificultam a consolidação destes projetos advindos dos setores comunitários.

5. Conclusões e desafios apontados

Observamos que o que capitaliza e sedimenta efetivamente uma política pública para a diversidade cultural é a construção territorial. Esse movimento é um fluxo constante de embates entre diversas construções territoriais, eventualmente complementárias e/ou contraditórias, como as que registramos na territorialização estatal ou do mercado capitalista no conurbano bonaerense destacando, também, as conexões existentes com as próprias construções territoriais das organizações sociais deste movimento continental.

O processo de territorialização de uma política cultural é um processo de ocupação do espaço geográfico. Porém, essa territorialização não é unívoca e depende da perspectiva geocultural do agrupamento e/ou atores protagonistas dessa construção. Em termos gerais, o processo de territorialização do Estado moderno supõe um determinado tipo de ocupação a partir, teoricamente, do monopólio legítimo estatal no exercício da força física. O processo de territorialização do mercado capitalista se realiza a partir de uma ocupação patrimonialista do espaço geográfico, apoiado - de forma explícita ou implícita, por ação ou omissão - pelo Estado moderno. Não existe possibilidade alguma, pelo menos no contexto latino-americano, da manutenção das relações capitalistas de produção sem intervenção deliberada, seja ativa ou omissa, do Estado. Por isso, muitas vezes, a territorialização estatal é confundida com a construção territorial do mercado capitalista, como observamos na pesquisa exploratória realizada na área metropolitana de Buenos Aires.

Assim sendo, o processo de territorialização não estatal e não capitalista realizado por estes agrupamentos humanos, pelas organizações sociais, tem diferenças, principalmente em relação ao caráter horizontal das suas relações. Além disso, esta política cultural se propõe, de forma orgânica e instintiva, a

partir da carência constitutiva - em termos de Kusch - e da necessidade cultural, na sua acepção mais profunda, a dotar de sentido as nossas práticas e construir o nosso endereço existencial no planeta de forma autônoma e participativa. Isto não significa que não existam verticalidades, tentativas de apropriações privadas e de exclusão e/ou conflito entre os agrupamentos culturais. Contudo, nada parecido ao tipo de apropriação autoritária e vertical realizada pelo Estado moderno e pelo mercado capitalista na sua confluência perversa, parafraseando a tese de Dagnino que também vimos na arguição precedente.

Existe um processo de ocupação do espaço geográfico, de construção territorial milenar no contexto latino-americano, que não é de apropriação exclusiva e excludente, conforme mandato da política cultural moderna eurocentrada, e, sim, de incorporação no território, de fazer parte, de formar parte dele e, neste sentido, de **pensar o território como sujeito coletivo**, questão que a ciência moderna rejeita por tachar de “primitiva”, “animista”, “telúrica”, ou diretamente não acadêmica. Contudo, estamos falando de uma construção cultural milenar profunda, que não pode ser fotografada, mas que está aí, como núcleo seminal e fundamento de milhares de experiências artísticas e culturais do continente. E que temos enormes dificuldades de abranger metodologicamente, explorar com ações e pensamentos sem deturpá-la, mas que assumimos o risco de deformá-la e de deformar-nos nessa busca pelo acerto fundante que nos ajude a encontrar, enquanto produtores, gestores e pesquisadores, a nossa cultura e endereço existencial no planeta.

Em síntese, a perspectiva geocultural que registramos a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini, entre outros pesquisadores da região, é indispensável para avançar na construção de metodologias complexas e explicativas desta dimensão. Assim sendo, este relato que realizamos sobre os projetos políticos em disputa no contexto local e transnacional de atuação do Culebrón Timbal buscou dar visibilidades a estes atores não estatais com grande capacidade de atuação territorial. Capacidade essa que não pode ser negligenciada nas análises contemporâneas de estudo, elaboração e gestão das políticas culturais na América Latina.

Referências

- ASTELARRA, Tomás. **Culebrón Timbal: Una serpiente que cambia de piel**. Entrevista publicada em blog. 2011. Disponível em: <<http://astelarra.blogspot.com.br/2012/09/culebron-timbal-una-serpiente-que.html>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BALDONI, César (Comp.). **La democracia que queremos es posible: el movimiento por la Carta Popular**. Buenos Aires: CTA Ediciones, 2011.
- BARROS, José Márcio. **Processos (trans) formativos e a gestão da diversidade cultural**. In: CALABRE, Lia. Políticas culturais: reflexões sobre gestão, processos participativos e Desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 62-72.
- BITTNER, Astrid Cecilia; FAISAL Valeria Inés. **Alianza Metropolitana de Arte y Transformación Social: análisis de una experiencia de trabajo en red**. Monografia de graduação. Bacharelado em Ciências da Comunicação Social, Universidad de Buenos Aires (UBA). Tutora prof. Daniela Bruno. Dezembro 2007. 103 p.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: Revista São Paulo em perspectiva, São Paulo: Abr-Jun, Vol. 15, N° 2, p. 73-83, 2001.
- BUENOS AIRES. **Informe sobre Desarrollo Humano en la Provincia de Buenos Aires 2004-2005**. La Plata: Fundación Banco de la Provincia de Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/argentina_buenos_aires_2004_2005_sp.pdf> Acesso em: 10 abr. 2018.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel. (coord.). Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano**. In: GARCÍA CANCLINI, Néstor. (ed.). Políticas Culturales en América Latina. México: Grijalbo, 1990 [1987].
- _____. **Definiciones en transición**. In: MATO, Daniel. (Comp). Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- _____. **Culturas Híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad**. 1ª ed., [atualizada]. Buenos Aires: Paidós, 2010 [2001].
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [2004].
- KUSCH, Rodolfo. **El Hedor de América**. In: TASAT, J.; PEREZ, P. (coord.). **El Hedor de América: Reflexiones interdisciplinarias a 50 años de la América Profunda de Rodolfo Kusch**. Buenos Aires: UNTREF-CCC, 2013. p. 35-36 [1961].
- _____. **América Profunda**. Rosário: Fund. Ross, 2012a [1962].
- _____. **Geocultura del Hombre Americano**. Rosario: Fund. Ross, 2012b [1975].
- LANGÓN, Mauricio. **Geocultura**. In: SALAS ASTRAIN, Ricardo. (dir.). **Pensamiento Crítico Latinoamericano: Conceptos Fundamentales**. Santiago de Chile: U. Católica Silva Henríquez, 2005, v. II.

MATO, Daniel. **Importancia de los referentes territoriales en procesos transnacionales**. In: *Estudios de Sociología*, Araraquara: São Paulo, v.12, n.23, 2007. p. 35-63. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudios/article/view/499>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

OCHOA, Ana María. **Políticas culturales, academia y sociedad**. In: MATO, D. (coord.): *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. p. 213-224.

SANTINI, Alexandre. **Cultura Viva y la construcción de un repertorio común para las políticas culturales en América Latina**. Programa IBERCULTURAVIVA da OEI. Brasília, 21 set. 2015. Disponível em: <<http://iberkulturaviva.org/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/?lang=es>> Acesso em: 10 abr. 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014 [1987].

_____. **O retorno do território**. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 [1994]. p. 251-261.

_____. **À natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 7ª reimp. São Paulo: Edusp, 2012 [1996].

_____. **Território e sociedade: Entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010[2000].

YÚDICE, George. **El recurso de la cultura: Usos de la cultura en la era global**. Barcelona: Gedisa, 2002.